

Greve da Função Pública - 4 de Março

Na sequência da grande manifestação de dia 5 de Fevereiro que juntou mais de 50.000 trabalhadores da Administração Pública, foi marcada pelos sindicatos uma Greve Nacional para 4 de Março.

Contra o congelamento dos salários, medida anunciada pelo Governo muito antes do início das negociações com os trabalhadores, e contra a tentativa de impôr novas penalizações para a aposentação dos trabalhadores, pela dignificação profissional dos trabalhadores.



6 de Março - PCP faz 89 anos

Vivemos um tempo de agudização da crise e das contradições do Capitalismo. Invariavelmente, este é também um período de acentuação da exploração. O ideal de acabar com a exploração do Homem pelo homem é cada vez mais actual. O PCP com a sua história e o seu pro-

jecto de superação revolucionária do sistema capitalista e de construção do Socialismo e do Comunismo é, hoje e sempre, o partido dos trabalhadores e do povo português.

100 anos do Dia Internacional da Mulher - 8 de Março

Em 1910 foi proclamado o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem à luta das operárias têxteis de Chicago pela redução da jornada de trabalho e outros direitos. O PCP saúda a luta das mulheres neste Dia Internacional da Mulher e afirma a urgência de uma ruptura com as políticas de direita como condição necessária para um novo rumo para Portugal, assente na garantia de justiça social, melhores condições de vida e de trabalho.



A luta continua:

- ◆ 4 de Março:
Greve da Função Pública
- ◆ 11 de Março:
Manifestação de Bolseiros
- ◆ 26 de Março:
Manifestação nacional de jovens trabalhadores



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____
MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa



O Núcleo



Boletim da Célula do PCP no ITN - nº 1 / Março 2010

A Ciência no Programa do Governo: a Fantasia e a Realidade

A julgar pelo programa apresentado pelo 18º Governo Constitucional no Parlamento, os trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), as instituições e o país teriam razões para estarem optimistas.

Numa leitura rápida (não por desinteresse mas porque o Governo só dedica duas das 130 páginas do seu programa a este tema) encontramos uma descrição fantasiada da situação do SCTN e uma definição de objectivos movida por interesses que não são os dos trabalhadores e do país.

Como objectivos para a legislatura o Governo aponta: "criar condições para a duplicação da despesa privada em I&D, continuar a fazer crescer a despesa pública em I&D, e aumentar ainda mais o número de investigadores."

A fantasia sobre o emprego científico é criada à custa do envelhecimento e redução numérica dos técnicos e pessoal administrativo e de contratações, no essencial, feitas avulsamente ou através da precariedade dos vínculos de trabalho da maioria dos profissionais.

Já para as empresas privadas, o Governo é, de facto, generoso. Desde 2007 que a despesa em I&D (DIDE) pelas empresas privadas ultrapassou a DIDE de todos os outros sectores juntos: Universidades, Laboratórios do Estado e Instituições privadas sem fins lucrativos. Mas importa ver quais são os sectores responsáveis por este crescimento. Olhando para os dados do Observatório das Ciências e do Ensino Superior (OCES) descobrimos que os sectores dominantes foram o "Sector Financeiro e dos Seguros", o "Sector dos Serviços de Informática" e o "Sector das Comunicações". A Banca e Seguros que segundo o OCES gas-

taram 25M€ em I&DE em 2005 saltaram para 160M€ em 2007. Os Serviços de Informática saltaram no mesmo período de dois anos também de cerca de 25M€ para 145M€. Finalmente, o Sector das Comunicações passou, de 15M€ em 2005, para 115M€, em 2007 (todos estes valores são despesas de I&DE no ano, não em dois anos). De notar que o sector que apresenta uma descida mais significativa é o da Indústria de Equipamentos, que cai de 90 para 60 M€.

Na I&D é evidente a submissão do Governo ao Capital. Mercantiliza todas as áreas da economia, favorecendo a sua financeirização em detrimento do reforço da produção nacional. Acentua-se a destruição dos recursos de I&D para a agricultura e pecuária e a ausência de uma política de desenvolvimento C&T de sectores industriais, enquanto persiste a inexistência de um esforço de orientação da investigação pública para o desenvolvimento nacional.

A despesa pública, por seu lado, tem-se mantido à volta dos 0,5% do PIB. Apesar da propaganda do Governo, a realidade impõe-se todos os dias: o estado de degradação de instituições científicas, as dificuldades de funcionamento e de tesouraria do ITN e a sua incapacidade de honrar compromissos com pessoal e fornecedores. Bem pode o Ministro Mariano Gago, quando questionado na Assembleia da República sobre a situação no ITN responder que este teve um saldo de gerência de um milhão de euros, quando na realidade se tratam de verbas consignadas que não podem ser usadas para atender a outras despesas. O OE anunciado para 2010 só vem comprovar que não é com o Governo do PS que os portugueses vão ver as melhorias necessárias no SCTN.

Editorial

É com prazer que os trabalhadores comunistas do ITN editam esta primeira edição do boletim da sua Célula.

É uma forma de fazer chegar aos nossos colegas a actividade e as posições do PCP mas, acima de tudo, é mais um meio de

intervenção política para reforçar a Luta contra as injustiças e a exploração, por melhores condições de trabalho e de vida, por uma nova política que rompa com a política de direita e que defenda os interesses dos trabalhadores e do país.

Bolseiros de Investigação no ITN

No ITN trabalham mais de uma centena de bolseiros, constituindo parte muito significativa do total de trabalhadores no Instituto (são mais do que, por exemplo, os investigadores do quadro). Com competências variadas, os bolseiros não só garantem grande parte do trabalho científico produzido no ITN, como realizam trabalho técnico e também tarefas administrativas.

Desde a iniciação à investigação de um recém-licenciado até ao financiamento de um técnico, um gestor de programas de C&T ou um investigador doutorado com vários anos de experiência, a maioria das bolsas são usadas como um expediente para recrutar recursos humanos de que as instituições de I&D tanto necessitam, em grande parte face ao bloqueamento de contratações na Administração Pública. E o ITN é disso exemplo.

Apesar de os bolseiros poderem ter de praticar um horário fixo, com obrigação de "picar o ponto" e com dedicação exclusiva (no essencial, têm as mesmas obrigações que o restante pessoal de investigação), os bolseiros não têm direito a subsídio de alimentação, de férias ou de Natal, não têm

direito aos descontos para o Regime Geral da Segurança Social, nem à protecção social daí resultante. Sem actualizações desde 2002, a perda de poder de compra das bolsas atinge os 20%. São vários os casos de quem sobreviva durante mais de uma década, saltando de bolsa em bolsa, sem perspectivas de um vínculo de trabalho permanente, direito ao subsídio de desemprego ou a uma reforma digna. Mesmo quando vão à cantina, os bolseiros pagam mais caro que os outros trabalhadores do ITN, como se fossem visitantes.

Estas condições são o resultado de 35 anos de políticas de direita que, contra o interesse dos trabalhadores e do país, vêm enfraquecendo o Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Este governo PS também já deixou a sua marca, não assumindo nenhuma alteração que dignifique esta fase inicial da carreira de investigação.

Empenhado em apoiar a luta dos bolseiros para a alteração da sua situação, o PCP já apresentou na Assembleia da República o "Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação" que garante um contrato de trabalho a todos os que estejam a desenvolver trabalho científico, mesmo que em formação, e uma actualização extraordinária das bolsas e a sua indexação aos aumentos da Administração Pública. A serem aprovadas, estas propostas permitiriam a urgente valorização e dignificação destes trabalhadores.



A Luta organizada e de massas é o único caminho que garante aos bolseiros a concretização dos seus anseios e aspirações. A Célula do PCP no ITN está solidária com os bolseiros de investigação, apoia a sua luta e

apela à participação dos bolseiros do ITN na acção de Luta marcada pela ABIC (Associação dos Bolseiros de Investigação Científica) para dia 11 de Março.

Recibos Verdes (ainda) no ITN

De forma a dar cumprimento às suas obrigações, o ITN procurou solucionar a insuficiência de recursos humanos e a carência de quadros especializados, verificadas na última década, com o recurso a bolseiros e avençados; mão-de-obra barata, qualificada e de fácil recrutamento. Assim, encontramos hoje um conjunto significativo de trabalhadores no ITN a assegurar o cumprimento de obrigações internacionais, prestação de serviços, apoio à investigação e divulgação de actividades, configurando situações de trabalho permanente e em clara contradição com a lei (DL 12-A/08).

Ao longo dos anos, estes trabalhadores investiram e criaram expectativas numa carreira nas suas áreas de actividade tendo, inclusivamente, aumentado as suas habilitações, com o incentivo da casa, numa perspectiva de aumento de competências dos seus "quadros" constituindo prova do reconhecimento de que estes são essenciais ao ITN.

Face ao enquadramento legal criado em 2009, inúmeros institutos e autarquias regularizaram situações irregulares de "falsos recibos verdes", abrindo concursos e contratando trabalhadores por tempo indeterminado. No ITN, tal ainda não aconteceu: ora não há autorização da tutela, ora não há dotação orçamental, ora... Concretamente, alguns dos actuais avençados (ex-bolseiros) estão há mais de 10 anos no ITN!

A discriminação e precariedade traduzem-se na negação de subsídio de desemprego, férias e Natal. Porque o dinheiro não estica, as contribuições para a Segurança Social, apesar de significativas face às baixas remunerações, efectuam-se pelos mínimos. Trabalhadores há que, apesar de terem concluído a licenciatura, continuam com a remuneração de não-licenciado. Tudo somado e, no que diz respeito ao vencimento, a situação é pior do que quando estes trabalhadores eram bolseiros. A casa retribui ainda considerando-



os visitantes na cantina, apesar de, no dia-a-dia, estes trabalhadores não se diferenciarem, nas suas funções, dos demais trabalhadores.

As políticas de desinvestimento no sector público dos sucessivos governos contribuíram activamente para o enfraquecimento do papel do Estado na sociedade, deixando-o à mercê dos grandes interesses. A precariedade laboral, não é mais do que uma face desta moeda, e condena milhares de jovens a um futuro incerto. Como promover então a qualidade e racionalização dos serviços públicos com trabalhadores mal remunerados e sem perspectivas de futuro, para não falar das condições de degradação dos próprios serviços através do sub-financiamento?

O país precisa de uma política efectiva de combate à precariedade.

O país necessita da tua participação e empenho nesta luta.

O PCP prosseguirá a sua acção com os trabalhadores, de denúncia e combate à precariedade, na defesa do trabalho com direitos.

Apelamos à participação na Greve Nacional dos Trabalhadores da Função Pública (4 de Março) e na Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores (26 de Março).